



DESPACHO Nº 78 , de 19 de Março de 2026

**Processo Administrativo n.º 2582/2026.
Aquisição de materiais de construção. Ressalvas
pendentes. Impossibilidade de prosseguimento.**

À Área de Licitações e Contratos:

Em atenção ao despacho datado de 18 de março de 2026, no qual é consultado acerca das ressalvas contidas no Parecer n.º 128/2026, informa-se que os apontamentos “i” e “ii” ainda estão pendentes.

Quanto ao item “i”, a responsável não revisou as quantidades estimadas, aparentemente não considerando o teor da fundamentação da orientação jurídica, e, acerca do apontamento “ii”, observa-se que o item 4 do ETP, mencionado no ofício n.º 211/2026, cita apenas a necessidade de atestado ou outro documento que comprove a capacidade técnica, sendo omissa sobre o restante da documentação a ser exigida.

Recorda-se ao responsável pelo ETP e pelo Termo de Referência que os autores têm sido multados pelos Tribunais de Contas.

Nesse sentido:

“TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. CONTRATAÇÃO DE SOFTWARE. AUDITORIA DO TCU. OBJETO DESNECESSÁRIO. ATO ANTIECONÔMICO. SUPERFATURAMENTO NOS SERVIÇOS DE OPERAÇÃO ASSISTIDA. FALHAS NO PLANEJAMENTO. FALHAS NA PESQUISA DE PREÇOS. CITAÇÕES. AUDIÊNCIAS. ACOLHIMENTO DAS ALEGAÇÕES DE ALGUNS GESTORES. REJEIÇÃO DE OUTROS. CONTAS IRREGULARES. DÉBITO. MULTA. INABILITAÇÃO.” (Acórdão n.º 1064/2024, Processo n.º 036.798/2019-3 Plenário, TCU, Rel. Min. Augusto Sherman, j. 29/05/2024)

No julgado acima, cada servidor envolvido foi multado em R\$ 7.500,00.

Sendo assim, recomenda-se a devolução dos autos à área requerente.

Gramado, 19 de março de 2026.

Procuradora-Adjunta do Município
OAB/RS n.º 117.492

Advogada Pública Municipal
OAB/RS n.º 51.849





Prefeitura de
GRAMADO

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 19/03/2026 12:06 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSE: <https://c.ipm.com.br/ipc01836e9b2ba0>

